Artigo 24 - A Assistência Técnica têm as seguintes atribuições:

- I - assistir o Diretor Executivo no desempenho de suas funções;
- II - propor e orientar o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas;
- III - apoiar e participar de planos, programas e projetos desenvolvidos pela Diretoria Executiva;
- IV - desenvolver ações que contribuam e estimulem a articulação entre as unidades;
- V - definir normas e procedimentos aplicáveis a todas as áreas da Diretoria Executiva;
- VI - emitir pareceres, realizar estudos e outros trabalhos que se caracterizem como apoio técnico à execução, controle, acompanhamento e avaliação das atividades da Diretoria Executiva;
- VII - executar outras atividades afins por determinação do Diretor Executivo.

SEÇÃO III

Da Procuradoria Jurídica

Artigo 25 - A Procuradoria Jurídica tem por atribuição exercer a advocacia consultiva do Estado no âmbito da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE.

SEÇÃO IV

Da Diretoria Técnica

SUBSEÇÃO I

Das Atribuições Gerais e das Competências

Artigo 26 - A Diretoria Técnica é órgão adjunto da Diretoria Executiva incumbido de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades técnicas da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE.

Artigo 27 - A Diretoria Técnica tem as seguintes atribuições:

- I - examinar e preparar expedientes de natureza técnica a serem submetidos à consideração do Diretor Executivo;
- II - propor a realização de estudos, planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como promover a sua execução, fiscalização e gerenciamento;
- III - propor a celebração de contratos e convênios, referentes à matéria técnica compreendida no âmbito de suas atribuições, com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais, internacionais ou estrangeiros, nos termos da legislação vigente;
- IV - executar outras atividades afins, por determinação do Diretor Executivo.

Artigo 28 - Ao Diretor Adjunto da Diretoria Técnica, além do que lhe for conferido por lei ou decreto, compete:

- I - assistir o Diretor Executivo nas atividades relacionadas com audiências e representações e em outros assuntos de interesse da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, quando assim for determinado;
- II - colaborar com o Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa nas atividades técnicas relacionadas às atribuições daquela Diretoria;
- III - propor ao Diretor Executivo programas de trabalho relacionados à sua Diretoria e as alterações que se fizerem necessárias;
- IV - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades subordinadas;
- V - encaminhar documentos, processos e expedientes diretamente aos órgãos competentes, para manifestação sobre assuntos neles tratados;
- VI - fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos;
- VII - responder, conclusivamente, às consultas formuladas sobre assuntos de sua competência;
- VIII - participar e acompanhar o planejamento orçamentário da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE.

SUBSEÇÃO II

Do Grupo de Planejamento

Artigo 29 - O Grupo de Planejamento da Diretoria Técnica tem as seguintes atribuições:

- I - assessorar o Diretor Adjunto da Diretoria Técnica nas questões institucionais de interesse dos Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- II - prestar assistência institucional aos Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, em assuntos de interesse metropolitano;
- III - promover estudos e pesquisas junto a órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais, internacionais ou estrangeiros, visando à captação de recursos financeiros para a realização de projetos, obras ou serviços de interesse da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, conforme programação de projetos aprovada pelo Conselho de Administração;
- IV - promover a articulação entre os Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e os diversos órgãos e entidades setoriais da União e do Estado e de outras entidades não estatais, visando à conjugação de esforços para a implantação de planejamento integrado metropolitano e a execução das funções públicas de interesse comum.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no inciso IV deste artigo, o Grupo de Planejamento deverá elaborar proposta, a ser submetida à apreciação da Diretoria Executiva da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE e, por esta, ao Conselho de Administração, de criação de um Sistema de Planejamento Integrado Metropolitano, com o objetivo de promover a coordenação das atividades governamentais, de modo a assegurar o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

SUBSEÇÃO III

Do Grupo de Gestão

Artigo 30 - O Grupo de Gestão da Diretoria Técnica tem as seguintes atribuições:

- I - em relação a planos, projetos, pesquisas e estudos de interesse da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, promover:
 - a) a sua execução, por solicitação do Diretor Adjunto da Diretoria Técnica ou do Diretor Executivo;
 - b) o desenvolvimento de termos de referência, com a finalidade de contratação ou de apoio aos Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
 - c) a análise de propostas técnicas;
 - d) a sua fiscalização, bem como as respectivas obras e serviços contratados pela Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE;
 - e) a avaliação daqueles submetidos à apreciação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE pelo Conselho de Administração, para parecer ou execução;
 - f) o seu gerenciamento, acompanhamento e aprovação da execução técnica de etapas, relatórios e produtos, desenvolvidos em função de contratos celebrados pela Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE;
- II - propor a definição de objetivos, metas e prioridades de interesse da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, compatibilizando-os com os objetivos do Estado e dos Municípios que a integram, observadas as diretrizes do Sistema de Planejamento Integrado Metropolitano;
- III - viabilizar a elaboração de um plano territorial para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- IV - dar suporte técnico-gereencial às outras unidades da Diretoria Técnica e à Diretoria Administrativa, visando o acompanhamento e a aprovação técnica de contratos que vierem a ser celebrados pela Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE;
- V - executar outras atividades solicitadas pelo Diretor Adjunto da Diretoria Técnica ou delegadas pelo Diretor Executivo.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, o Grupo de Gestão poderá propor a contratação de técnicos ou de empresas especializadas, observado o disposto na legislação vigente e, em especial, no § 2º do artigo 3º deste Regulamento.

SUBSEÇÃO IV

Do Grupo de Documentação Técnica e Informática

Artigo 31 - O Grupo de Documentação Técnica e Informática tem as seguintes atribuições:

- I - pesquisar, organizar, manter e disponibilizar informações técnico-administrativas e documentais, para consulta de interessados diversos e, em especial, atendimento de solicitações das unidades da entidade;
- II - em relação às atividades previstas no inciso V do artigo 3º deste Regulamento:
 - a) desenvolver um Sistema de Informações Estatísticas para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
 - b) pesquisar e coletar dados para alimentar o Sistema de Informações Estatísticas;
 - c) atualizar, periodicamente, o Sistema de Informações Estatísticas;
 - d) disponibilizar o Sistema de Informações Estatísticas para órgãos e entidades da Administração Estadual, Municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, público usuário e empresas da iniciativa privada;
- III - formular, organizar e gerenciar a base de informações estratégicas;
- IV - garantir a qualidade das informações estratégicas contidas nos sistemas informatizados, bem como gerenciar a rede de disseminação dessas informações, sua atualização e proteção;
- V - administrar as redes de computadores, controlar os acessos, garantir a segurança e analisar o uso de sistemas básicos e suas aplicações;
- VI - planejar e operacionalizar o treinamento e a orientação quanto ao uso de "softwares" operacionais e da rede de computadores.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, o Grupo de Documentação Técnica e Informática poderá propor a contratação de técnicos ou de empresas especializadas, observado o disposto na legislação vigente e, em especial, no § 2º do artigo 3º deste Regulamento.

SEÇÃO V

Da Diretoria Administrativa

SUBSEÇÃO I

Das Atribuições Gerais e das Competências

Artigo 32 - A Diretoria Administrativa é órgão adjunto da Diretoria Executiva incumbido de coordenar, supervisionar, fiscalizar e executar as atividades administrativas da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE.

Artigo 33 - A Diretoria Administrativa tem as seguintes atribuições:

- I - examinar e preparar expedientes que deverão ser submetidos à consideração do Diretor Executivo;
- II - propor a celebração de contratos e convênios, referentes à matéria técnico-institucional compreendida no âmbito de suas atribuições, com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais, internacionais ou estrangeiros, nos termos da legislação vigente;
- III - subsidiar o trabalho de julgamento de licitações, de realização de processos administrativos e de sindicâncias;
- IV - coordenar as atividades dos órgãos diretamente subordinados ao Diretor Executivo, quando assim for determinado;
- V - executar outras atividades afins, por determinação do Diretor Executivo.

Artigo 34 - Ao Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa, além do que lhe for conferido por lei ou decreto, compete:

- I - responder pelo expediente da Diretoria Executiva nos impedimentos legais e temporários, bem como ocasionais, do Diretor Executivo;
- II - assistir o Diretor Executivo nas atividades relacionadas com audiências e representações e em outros assuntos de interesse da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, quando assim for determinado;
- III - colaborar com o Diretor Adjunto da Diretoria Técnica nas atividades administrativas relacionadas com as atribuições daquela Diretoria;
- IV - propor ao Diretor Executivo programas de trabalho relacionados à sua Diretoria e as alterações que se fizerem necessárias;
- V - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades subordinadas;
- VI - encaminhar documentos, processos e expedientes diretamente aos órgãos competentes, para manifestação sobre assuntos neles tratados;
- VII - fazer executar a programação dos trabalhos nos prazos previstos;
- VIII - responder, conclusivamente, às consultas formuladas sobre assuntos de sua competência;
- IX - participar e acompanhar o planejamento orçamentário da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE;
- X - em relação ao Sistema de Administração de Pessoal, exercer as competências previstas nos artigos 31, 32 e 33 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008;
- XI - em relação aos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária, exercer as competências previstas nos artigos 14 e 15 do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970;
- XII - em relação ao Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados, exercer as competências previstas no artigo 18, exceto inciso I, do Decreto nº 9.543, de 1º de março de 1977.

SUBSEÇÃO II

Do Núcleo de Recursos Humanos

Artigo 35 - O Núcleo de Recursos Humanos da Diretoria Administrativa, além do previsto nos artigos 3º a 20 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008, tem as seguintes atribuições:

- I - assistir o Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa no desempenho de suas funções e as autoridades da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE nos assuntos relacionados com o Sistema de Administração de Pessoal;
- II - emitir pareceres, preparar despachos, realizar estudos, elaborar normas e desenvolver outras atividades necessárias à execução, ao controle e à avaliação das atribuições do Núcleo;
- III - opinar sobre assuntos de recursos humanos, no âmbito da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, observadas as políticas, diretrizes e normas da Diretoria Executiva;
- IV - zelar pela adequada instrução de processos que devam ser submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração ou de órgãos da Administração Pública Estadual, inclusive do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado.
- Artigo 36 - O Diretor do Núcleo de Recursos Humanos, além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem as competências previstas nos artigos 38 e 39 do Decreto nº 52.833, de 24 de março de 2008.

SUBSEÇÃO III

Do Centro Financeiro e Administrativo

Artigo 37 - O Centro Financeiro e Administrativo, da Diretoria Administrativa, além das previstas nos artigos 9º e 10 do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970, tem as seguintes atribuições:

- I - assistir o Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa no desempenho de suas funções e as autoridades da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE

nos assuntos relacionados com os Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária;

- II - emitir pareceres, preparar despachos, realizar estudos, elaborar normas e desenvolver outras atividades necessárias à execução, ao controle e à avaliação das atribuições do Centro;
- III - opinar sobre assuntos de orçamento e finanças no âmbito da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, observadas as políticas, diretrizes e normas da Diretoria Executiva;

IV - zelar pela adequada instrução dos processos que devam ser submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração ou de órgãos da Administração Pública Estadual, inclusive do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 38 - O Diretor do Centro Financeiro e Administrativo, além de outras que lhe forem conferidas por lei ou decreto, tem as competências previstas no artigo 15 do Decreto-Lei nº 233, de 28 de abril de 1970.

CAPÍTULO IV

Da Unidade de Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público

Artigo 39 - A Ouvidoria é regida pela Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, e pelo Decreto nº 60.399, de 29 de abril de 2014.

§ 1º - O Ouvidor será designado pelo Governador do Estado, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, competindo-lhe receber sugestões e averiguar as queixas dos usuários contra o funcionamento da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE.

§ 2º - O Ouvidor responderá pelo expediente da Ouvidoria e deverá ter, necessariamente, domicílio eleitoral na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

TÍTULO IV

Do Pessoal

Artigo 40 - O regime jurídico dos servidores da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE é o estatutário.

Artigo 41 - O provimento de cargos do Quadro da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto para os cargos em comissão.

§ 1º - O concurso deverá ter ampla divulgação pela imprensa, mediante publicação no Diário Oficial do Estado e em jornais de grande circulação no Estado.

§ 2º - Para o provimento dos cargos em comissão serão observadas as exigências estabelecidas no Anexo IV, a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

Artigo 42 - O cargo de Diretor Executivo, criado conforme artigo 14 da Lei Complementar nº 1.258, de 12 de janeiro de 2015, na Tabela I do Subquadro de Cargos Públicos (SQ-I), do Quadro da AGEMVALE, tem vencimento mensal fixado na forma do artigo 36 da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

Artigo 43 - Os cargos de que tratam os artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 1.258, de 12 de janeiro de 2015, serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Artigo 44 - É vedado o afastamento de servidores da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE com ou sem prejuízo de seus vencimentos ou salários, salvo nos casos previstos em lei.

Artigo 45 - Além dos servidores pertencentes ao seu Quadro de Pessoal, a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE poderá contar, para o desenvolvimento de suas atividades, com servidores afastados, com ou sem prejuízo de vencimentos ou salários, dos cargos, funções-atividades ou empregos que ocupem.

TÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 46 - Para a aquisição de bens, prestação de serviços e execução de obras contratadas pela Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, serão observados os procedimentos licitatórios nos termos da lei.

Artigo 47 - A Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE fornecerá aos Conselhos de Desenvolvimento e Consultivo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, à Secretaria da Fazenda e à Casa Civil, quando solicitados, os documentos necessários ao controle de resultados e legitimidade.

Artigo 48 - Aplicam-se à Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE os princípios da administração pública constantes dos artigos 37 e 39 da Constituição Federal e, no que não colidirem com a Lei Complementar nº 1.258, de 12 de janeiro de 2015, as disposições do Decreto-Lei Complementar nº 7, de 6 de novembro de 1969, com suas alterações posteriores.

Artigo 49 - É vedado o uso do nome da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, de seu logotipo ou de seus impressos para fins estranhos às suas atividades.

Artigo 50 - A Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE somente poderá manter conta bancária em estabelecimento designado como agente financeiro do tesouro estadual.

Artigo 51 - As competências previstas neste Regulamento, quando coincidentes, serão exercidas, preferencialmente, pela autoridade de menor nível hierárquico.

Artigo 52 - Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo da Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP.

DECRETO Nº 61.257, DE 8 DE MAIO DE 2015

Institui o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba, de que trata o Capítulo IV da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído, na forma autorizada pelo artigo 21 da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014, o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba - FUNDO DA RM SOROCABA, destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Sorocaba, nos termos previstos neste decreto.

Parágrafo único - O FUNDO DA RM SOROCABA ficará vinculado à entidade autárquica a que se refere o artigo 17 da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014.

Artigo 2º - São objetivos do FUNDO DA RM SOROCABA:

- I - financiar e investir em planos, projetos, programas, serviços e obras de interesse da Região Metropolitana de Sorocaba;
- II - contribuir com recursos técnicos e financeiros para:
 - a) a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da Região Metropolitana de Sorocaba;
 - b) a elaboração de estudos, pesquisas e projetos, objetivando a melhoria dos serviços públicos municipais, considerados de interesse comum;
 - c) a redução das desigualdades sociais da Região Metropolitana de Sorocaba.

Parágrafo único - A área de atuação do FUNDO DA RM SOROCABA abrangerá os municípios que compõem a Região Metropolitana de Sorocaba, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014.

Artigo 3º - O Banco do Brasil S.A. será o agente financeiro do FUNDO DA RM SOROCABA.

Artigo 4º - A DESENVOLVE SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. será a administradora do FUNDO DA RM SOROCABA e atuará como mandatária do Estado na contratação e cobrança de financiamentos concedidos ao amparo deste decreto, nos termos e condições estabelecidos no § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e observados os critérios estabelecidos pelo Conselho de Orientação do FUNDO DA RM SOROCABA.

§ 1º - Pela administração do FUNDO DA RM SOROCABA, será devida à DESENVOLVE SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., Taxa de Administração calculada sobre o seu patrimônio, na forma a ser estabelecida pelo Conselho de Orientação, sem prejuízo do ressarcimento das despesas derivadas da administração do FUNDO DA RM SOROCABA.

§ 2º - Os recursos do FUNDO DA RM SOROCABA, enquanto disponíveis, serão depositados no Banco do Brasil S.A., agente financeiro do FUNDO.

Artigo 5º - Constituem recursos do FUNDO DA RM SOROCABA:

I - aqueles destinados, por disposição legal, pelo Estado e Municípios da Região Metropolitana de Sorocaba;

II - transferências da União, destinadas à execução de planos, programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Sorocaba;

III - empréstimos, internos e externos, e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

IV - retorno das operações de crédito, contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios da Região Metropolitana de Sorocaba e de concessionárias de serviços públicos;

V - produto das operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - receitas resultantes da aplicação de multas legalmente vinculadas ao FUNDO DA RM SOROCABA, que deverão ser destinadas à execução de serviços e obras de interesse comum;

VII - recursos decorrentes do rateio de custos referentes à execução de serviços e obras, considerados de interesse comum;

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais;

IX - outros recursos eventuais.

§ 1º - A contribuição do conjunto dos Municípios da Região Metropolitana de Sorocaba para os recursos do FUNDO DA RM SOROCABA, conforme estabelecido no inciso I deste artigo, poderá contemplar, entre outros critérios, a arrecadação da receita "per capita" de cada Município.

§ 2º - O FUNDO integrará o orçamento anual do Estado de São Paulo.

Artigo 6º - O Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Sorocaba destinarão, nos seus respectivos planos plurianuais e orçamentos anuais, recursos ao FUNDO DA RM SOROCABA, visando ao desenvolvimento das funções públicas de interesse comum, nos termos do artigo 157 da Constituição Estadual e do artigo 21 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Artigo 7º - Os recursos do FUNDO DA RM SOROCABA deverão ser aplicados de acordo com as deliberações do Conselho de Desenvolvimento, a que se refere o parágrafo único, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014.

Artigo 8º - A aplicação dos recursos do FUNDO DA RM SOROCABA será supervisionada por um Conselho de Orientação, composto por 6 (seis) membros, presidido por um deles, eleito por seu pares, sendo:

I - 4 (quatro) membros representantes do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba, eleitos em escrutínio secreto, por período de 12 (doze) meses, permitida a recondução;

II - 2 (dois) Diretores da Autarquia referida no artigo 17 da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014, indicados por período de 12 (doze) meses, permitida a recondução.

§ 1º - Os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante comunicação ao Conselho de Orientação do FUNDO DA RM SOROCABA.

§ 2º - Compete ao Secretário-Chefe da Casa Civil dar posse aos membros do Conselho de Orientação do FUNDO DA RM SOROCABA.

§ 3º - O Conselho de Orientação do FUNDO DA RM SOROCABA terá um Secretário Executivo, designado pelo seu Presidente, após aprovação do seu colegiado.

§ 4º - O Secretário Executivo, se não for membro do Conselho de Orientação, participará das suas reuniões, sem direito a voto.

§ 5º - A critério do seu Presidente e mediante sua solicitação, poderão participar do Conselho de Orientação, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades da União, do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Sorocaba, bem como de entidades de direito público ou privado, cuja atuação interesse, direta ou indiretamente, à Região Metropolitana de Sorocaba.

Artigo 9º - O Conselho de Orientação terá as seguintes atribuições:

I - apreciar, quanto ao aspecto financeiro, os projetos de interesse metropolitano a serem desenvolvidos com recursos do FUNDO DA RM SOROCABA;

II - acompanhar a execução dos Planos de Aplicação do FUNDO DA RM SOROCABA, aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba;

III - supervisionar a aplicação de recursos e acompanhar o fluxo das disponibilidades através de registros adequados, em consonância com os da instituição financeira incumbida da administração do FUNDO DA RM SOROCABA, quanto ao aspecto financeiro, nos termos do artigo 21, § 3º, da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014;

IV - elaborar, aprovar e modificar o Regulamento de Operações do FUNDO DA RM SOROCABA, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba;

V - fixar diretrizes para a concessão de financiamentos e investimentos para atender aos objetivos do FUNDO DA RM SOROCABA;

VI - deliberar sobre:

a) o oferecimento de garantia em operações de crédito de interesse do FUNDO DA RM SOROCABA;

b) a redução dos recursos do FUNDO DA RM SOROCABA, quando, comprovadamente, excederem as necessidades das operações a que forem destinadas;

c) a aplicação, no mercado financeiro, de eventuais disponibilidades de caixa, desde que não prejudiquem o cumprimento dos Planos de Aplicação do FUNDO DA RM SOROCABA;

d) as garantias em operações de crédito concedidas com recursos do FUNDO DA RM SOROCABA;

VII - elaborar seu Regimento Interno;

VIII - submeter ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba a prestação de contas do FUNDO DA RM SOROCABA, mediante elaboração de parecer;

IX - fixar as normas de procedimento destinadas a solucionar os casos omissos, "ad referendum" do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba;

X - outras atribuições que venham a ser definidas em seu Regimento Interno.